



A política na Web Rádio – Rádio Unesp Virtual: “Falando em Política”, construção cidadã no ciberespaço

Gabriel OLIVEIRA¹

Isis RANGEL²

Juarez Tadeu de Paula XAVIER³

Universidade Estadual Paulista, Bauru, SP

RESUMO

Um dos papéis do jornalismo é conscientizar a população sobre seus direitos e deveres, além de informá-los sobre o que acontece na sociedade. A web rádio, Rádio Unesp Virtual, por meio do programa Falando em Política, procura cumprir a tarefa de tornar os cidadãos bauruenses mais ativos nos processos políticos da cidade e de todos aqueles que envolvem a gestão pública. A Rádio Unesp Virtual é um projeto de extensão da Universidade Estadual Paulista – campus de Bauru –, e pretende criar terreno para a aplicação prática do que se acumula durante a caminhada acadêmica. O presente artigo, por esse motivo, enseja contribuir para a discussão sobre a necessidade do alinhamento entre a prática e a teoria – o saber teórico –, no campo de ensino do Jornalismo.

PALAVRAS-CHAVE: web rádio, política, cidadania

Introdução

Dentre os muitos e diversos estudiosos contemporâneos que arriscaram enveredar-se pelas análises da democracia, poucos trilharam tão efetivamente tais caminhos quanto o escritor, filósofo, estudioso político e senador da Itália, Norberto Bobbio. Seus escritos não acompanham, precisamente, a evolução da democracia e suas modificações inerentes. Contudo os estudos acerca da história política de Bobbio demonstram o amplo conhecimento da situação geral de uma democracia que pouco evoluiu no *stricto sensu* (etimológica), mas que apresenta uma dinamicidade que salta aos sentidos, no *lacto sensu* (ideal).

Para um regime democrático, o estar em transformação é seu estado natural: a democracia é dinâmica (...) Os escritores democráticos do fim do Setecentos contrapunham a democracia moderna (representativa) à democracia dos antigos (direta). (BOBBIO, p.9, 1997)

Não cabe, à luz de nossa análise, reconsiderar a “democracia dos antigos”, citado por Bobbio. Sua origem - nos áureos tempos gregos – a faz completamente diferente da

¹ Estudante de Graduação 5º semestre do Curso de Comunicação Social – Jornalismo da FAAC – Unesp, email: oliveira.gabriel92@gmail.com

² Estudante de Graduação 5º semestre do Curso de Comunicação Social – Jornalismo da FAAC – Unesp, email: isis.rangel13@gmail.com

³ Orientador do trabalho. Professor do curso de Comunicação Social – Jornalismo da FAAC, da Unesp de Bauru. Email: jxavier@faac.unesp.br



democracia dos modernos, cuja principal característica é a representatividade. Mas, atendo-se à democracia moderna, o seu caráter representativo é altamente discutido, uma vez que, no “formato democrático” vigente, devemos, de tempos em tempos, propormo-nos a validar nossa cidadania por meio do voto em um ou mais candidatos. Tais representantes têm a função de dar vazão às nossas requisições e objetivar a discussão de assuntos com a finalidade de alterar e propor leis e medidas que impactem sobre a vida do cidadão e do país. Bobbio afirma que, acima de qualquer função básica que tenha que exercer, a democracia ideal, como é conhecida,

“nasceu com a perspectiva de eliminar para sempre das sociedades humanas o poder invisível e de dar vida a um governo cujas ações deveriam ser desenvolvidas publicamente, ‘au grand jour’” (BOBBIO, p.29, 1997).

Contudo, a democracia real ainda está atrelada a manifestações de outrem – pessoas, instituições, organizações, agrupamentos etc - que interferem, diretamente no governo de um país. O autor ainda completa:

“Talvez eu esteja particularmente influenciado por aquilo que acontece na Itália, onde a presença do poder invisível (máfia, camorra, lojas maçônicas anômalas, serviços secretos incontroláveis e acoberta-dores dos subversivos que deveriam combater) é, permitam-me o jogo de palavras, visibilíssima. (BOBBIO, p.29, 1997)

Não é objetivo do presente trabalho apresentar quais são e como interferem o “poder invisível”. Mas é fundamental considerar sua influência no processo de gestão governamental e, por que não, sua tentativa constante de “manipulação”, se assim podemos considerar, do maior signo da democracia representativa: a eleição. Todavia, é essencial que a presente análise não impute às influências externas toda a responsabilidade pela decisão final de um pleito. Mas sim apresentar a materialização da construção social de uma eleição, e salientar os instrumentos os quais a sociedade se vale para a votação. Instrumentos esses fundamentais para o trânsito da representação no movimento democrático. A maior revelação sobre a efetividade dos instrumentos está na própria constatação de que:

Desde quando a democracia foi elevada à condição de melhor forma de governo possível (ou da menos má), o ponto de vista a partir do qual os regimes democráticos passaram a ser avaliados é o das promessas não cumpridas. A democracia não cumpriu a promessa do autogoverno. Não cumpriu a promessa da igualdade não apenas formal, mas também substancial. (BOBBIO, p.100, 1997)



Por esse motivo, acima de tudo, é necessário a vigilância da sociedade e a participação inerente nos processos políticos e democráticos. Para tal, entronizamos um conceito essencial quando pensamos em sociedade inserida em um ambiente democrático: a cidadania. O discurso acerca da cidadania almeja, por meio do próprio exercício democrático, conceder aos “personagens sociais” direitos que possibilitem a expressão da opinião política e a efetiva participação no processo eleitoral. Nesses termos plenos, o cidadão *“investido do poder de eleger os próprios governantes acabaria por escolher os mais sábios, os mais honestos e os mais esclarecidos dentre os seus concidadãos”*

(BOBBIO, 1997). Mesmo que Norberto Bobbio corrobore a tese de que *“o homem persegue o próprio interesse tanto no mercado econômico como no político”*, estamos lidando, na democracia moderna, com um tipo de participante político que, cada vez mais, imiscui-se menos no debate cidadão.

Nas democracias mais consolidadas assistimos impotentes ao fenômeno da apatia política, que frequentemente chega a envolver cerca da metade dos que têm direito ao voto (...). Estão simplesmente desinteressadas daquilo que, como se diz na Itália com uma feliz expressão, acontece no “palácio”. Sei bem que também podem ser dadas interpretações benévolas da apatia política. Mas inclusive as interpretações mais benévolas não conseguem tirar-me da mente que os grandes escritores democráticos recusar-se-iam a reconhecer na renúncia ao uso do próprio direito um benéfico fruto da educação para a cidadania. (BOBBIO, p.32, 1997)

Nesta esteira, consideramos cidadão aquele indivíduo, membro do Estado, que se encontra no gozo dos direitos que possibilitem participar da vida política.

A cidadania possui duas dimensões: a *ativa*, que se traduz na capacidade pessoal de compartilhar do exercício do sufrágio, e a *passiva*, que se traduz em ter legítimo acesso a cargos públicos, não significando apenas os cargos de provimento eletivo, expresso no direito de disputar o sufrágio para obtenção de mandatos representativos (MICHELS, p.13, 2008)

Podemos confirmar, por conseguinte, que a tendência da plena participação política na democracia, com o aporte da cidadania, garantida pela liberdade política, proporciona autonomia nas decisões individuais. Em contraposição a isso, o desinteresse, como já citado por Bobbio, cresce, em níveis cada vez maiores.

“(...) o interesse pela política está circunscrito a um círculo bem limitado de pessoas e, não obstante o relevo dado pela comunicação de massa aos acontecimentos políticos, o grau de informação a tal respeito é ainda baixo: os acontecimentos esportivos, o mundo do espetáculo e outros aspectos da crônica diária são muito mais conhecidos do grande público.” (BOBBIO, p. ,2004)



Nesse ponto, extremamente importante e, sobre o qual o presente trabalho desdobrar-se-á, a informação influencia, diretamente, o “nível cidadão” de cada ser enquanto membro de uma democracia. Apesar de, como constatado por Bobbio, a manifestação dos meios de comunicação tem ênfase no espetáculo, assinalando a total predominância dos acontecimentos esportivos, por exemplo, em sua produção.

Pretende-se, neste momento, abrir terreno para que exploremos e analisemos o papel que os meios de comunicação tem assumido, principalmente no que concerne a constituição de espaços para o exercício cidadão. E o jornalismo, por meio do recurso técnico dos meios de difusão, contribui, decisivamente, para o desenvolvimento da sociedade por meio da “propagação” de informações políticas, bem como análises, debates, discussões e opiniões. O jornalismo e os meios de comunicação, por meio de ações educativas que visam conduzir o indivíduo à reflexão, têm papéis importantes na construção da cidadania. Por esse motivo, a democracia contemporânea é potencializada por essas ferramentas que permitem a difusão veloz de material que culmina na reflexão dos cidadãos. Em síntese, a grande missão da cidadania é propor a representação (indivíduos aptos a serem eleitos) como um desfecho da participação (política) e não, propriamente, como um ato pontual (eleição).

Nesse cenário, das inúmeras plataformas nas quais um meio de comunicação pode se fixar, o presente trabalho embasar-se-á em um programa de cunho político para uma webrádio. O projeto original consiste em aplicar, como mencionado anteriormente, os conhecimentos teóricos adquiridos a partir de diferentes níveis de envolvimento com o academicismo, a uma dinâmica prática necessária para a plena utilização e apropriação do jornalismo enquanto mediação social. O programa “Falando em Política”, na Rádio Unesp Virtual, articula atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão dos processos jornalísticos. Na realidade, o grande mérito do projeto incide em uma retórica que estabelece, dentro do ambiente acadêmico, uma oportunidade clara de penetração do aluno em inúmeras atividades do jornalismo, e sua gestão – pauta, apuração, entrevista, seleção etc. Entretanto, antes de considerarmos as características básicas do programa em debate, precisamos transitar para a área do ciberespaço e suas vantagens para a construção reflexiva da cidadania.



O Ciberespaço e a cidadania

Com o avanço dos tempos, as descobertas e o desenvolvimento tecnológico permitiram que o ser humano redescobrisse-se em sociedade. As ações sociais que antes, inerentemente, fazia-se através de meios físicos, agora se desmaterializam em nuvens e em um espaço impossível de se mensurar.

“Uma tentativa de vislumbrar o novo espaço que surge na contemporaneidade é na verdade pensar a possibilidade de se viver a sociabilidade sem o espaço moderno do civil, ao lado dos espaços vazios que foram produzidos na modernidade” (MAIA, 2003, p. 12).

E tudo isso mediado por um computador: uma ferramenta multifuncional, que permite o acesso às informações de maneira multimídia e, acima de tudo, o compartilhamento de interesses. O ciberespaço, por si só, compreende uma série de recursos de sociabilidade que amplificam e reconstróem todos os níveis de comunicação já estabelecidos. Wertheim (1999, p. 169) sintetiza muito bem o ciberespaço ao considerar que “embora destituído de fisicalidade, o ciberespaço é um lugar real. Eu estou lá – seja qual for o significado dessa afirmação”.

“A Internet possibilita a circulação de mensagens independente de territórios geográficos, de tempo, das diferenças culturais e de interesses, sejam eles econômicos, culturais ou políticos, globais, nacionais ou locais. Traz a possibilidade de alterar o sistema convencional de tratamento da informação, antes atividade por excelência concentrada nos agentes profissionais vinculados à mídia tradicional, ao viabilizar a produção de conteúdos endógenos e sua transmissão, sem fronteiras, pelos próprios agentes sociais. Qualquer pessoa pode processar e difundir conteúdos criando uma estação de rádio ou um jornalzinho online, por exemplo”. (PERUZZO, 2005)

O filósofo francês Pierre Lévy (2003, p. 375) acredita que o ciberespaço tem um caráter muito mais inclusivo do que os demais meios de comunicação, uma vez que permite a livre expressão de indivíduos, instituições, comunidades e grupos. Lévy (2003, p.381) constata que “estas ágoras virtuais contribuem para desenvolver uma cultura de diálogo, pois reúnem os internautas por temas de debate, habituando-os a trocar idéias com cidadãos que não partilham suas idéias”. Desse modo, o filósofo permite que tenhamos uma visão ampla do ciberespaço, algo impossível de se mensurar e de se materializar.

Já nos termos comunicacionais, Gentilli (2005, p.16) acredita que os meios de comunicação funcionam como “instituições sociais que, como organizações voltadas para a produção de informação pública, constituem-se em instrumentos de mediação e representação dos cidadãos”. A junção da comunicação em um ciberespaço, portanto, é



ideal para a determinação efetiva de um ambiente cidadão e do pleno trânsito da cidadania nas relações sociais. Morigi e Rosa (2004, p. 82) acreditam que a mídia representa “(...) a principal esfera de produção de sentidos a partir da qual também se pode construir a cidadania”.

Ademais, o jornalismo constitui um importante espaço público que evidencia diversos aspectos da sociedade atual e proporciona maior entendimento do que acontece nas inúmeras esferas sociais. Considera-se o jornalismo como uma esfera que auxilia na organização dos acontecimentos contemporâneos, rotineiros, dando-lhes alguma ou até total coerência. O espaço central de visibilidade é passagem obrigatória dos assuntos os quais pretende que ultrapassem os limites dos pequenos grupos.

“O jornalismo faz parte do processo de circulação discursiva, sendo o espaço público que confere maior visibilidade aos temas da sociedade. A nova visibilidade oferecida pelos jornais torna desnecessária, num mesmo local e no mesmo momento do evento, a presença física dos interlocutores. Qualquer indivíduo em contato com o jornalismo tem acesso às questões tratadas publicamente, derivadas do confronto dos diversos fluxos comunicativo” (FERNANDES, 2002)

Com o seu papel, o jornalismo contribui para que o espaço público atual, no sentido de cidadania, seja construído no bojo das “contendas” de vários grupos sociais que pretendem conferir às suas demandas uma significância que seja respeitada por outros membros da sociedade.

(...) as transformações verificadas na circulação de informação podem permitir a formação de media comunitários, ligados a comunidades, espaços públicos e movimentos de interesses específicos, elaborados por membros que procuram através deles obter mais força política, maior poder de negociação, mais impacto e visibilidade (CORREIA, 2004, p. 38).

Estrutura Web Rádio

Levando-se em conta o que se foi discutido até aqui, é evidente que as web rádios têm um papel importante na divulgação de informação no ciberespaço. Assim como as emissoras de rádio tradicionais, as web rádios também se caracterizam pela pluralidade de seus produtores e ouvintes. Floriani e Morigi (2006) acreditam que com a popularização da internet, um novo espaço público foi criado, logo outro meio surgiu para o desenvolvimento da cidadania:

“Com a explosão das redes interativas multimídias, como a internet, aparece uma nova classe de cidadãos: numerosas pessoas, de diversos horizontes, que desejam expressar-se. Assim, as práticas de cidadania,



nesta época globalizada, não podem ser desvinculadas das atividades através das quais sentimos que pertencemos, que fazemos parte de redes sociais” (FLORIANI, Adriano W., MORIGI, Valdir J, 2006, p. 4)

Para eles, a internet é o novo lugar onde o cidadão se informa e constrói sua percepção do mundo, por isso estruturas como a web rádio tornam-se cada vez mais populares: são essenciais para esse novo cidadão se informar sobre a sociedade em que vive. Desse modo, as novas mídias não apenas competem com os veículos de comunicação tradicionais, como também alimentam um novo público que procura informação rápida, dinâmica e confiável, a qualquer hora e em qualquer lugar. Falando ainda das transformações sociais que o advento da internet trouxa a sociedade, os autores afirmam:

“Com as mídias, é toda a concepção de política, de cidadania e de relação entre subjetividade e mundo social que se transfigura. Os meios de comunicação de massa e, mais recentemente, as mídias digitais, transformaram a organização espacial e temporal da vida social, criando novas formas de ação, de interação e de exercício do poder”.
(FLORIANI & MORIGI, 2006, p.2)

Seguindo esses conceitos, as web rádios procuram abranger diversos assuntos e fugir da agenda da mídia tradicional, muitas vezes, colocando em pauta assuntos que não aparecem na grande mídia por conflitos de interesse dessas com seus patrocinadores. Além disso, a estrutura desses veículos necessitam de menos investimentos financeiros, já que a mais simples das web rádios precisam apenas de uma equipe para apurar informações, um microfone, um lugar para gravar os programas e um site onde ela possa reproduzir o conteúdo criado. Desse modo, a comunicação fica mais simples e próxima dos ouvintes, que em muitos casos, participam da produção: seja com ideias e sugestões ou enviando conteúdo pronto para reprodução.

Assim, para alguns autores, a produção das web rádios é considerada participativa, o que contribui para a criação dessa nova identidade de cidadão:

“Os impactos transformadores da globalização atingiram em profundidade a cidadania democrática na sua dupla natureza, como modo de legitimação e como meio de integração social, como *status* legal igualitário de direitos e deveres dos membros da comunidade política e, simultaneamente, como identidade coletiva baseada no pertencimento à comunidade nacional de origem e destino” (VIEIRA, 2001, p. 221).

As novas tecnologias influenciaram uma nova imagem do cidadão e por isso, o jornalismo que aborda temas relacionados também mudou profundamente, por isso, grande parte dos cursos de comunicação adotou as web rádios como projeto de extensão



para treinar os alunos para esse mercado. Posto isso, vamos falar agora de um dos produtos da Rádio Unesp Virtual, projeto de extensão do Departamento de Comunicação Social da Unesp de Bauru: o programa Falando em Política.

Falando em Política na construção da cidadania

O programa Falando em Política foi criado no ano de 2007 com o objetivo de abordar questões da administração pública, cobrindo os âmbitos federal, regional e municipal. Desde 2012, o programa sofreu reformulações e, atualmente, aborda questões centradas na administração pública da cidade de Bauru, pois a proximidade das fontes facilita a apuração das informações, além de se aproximar da realidade do ouvinte médio do programa: o bauruense nativo ou estudante do campus da Unesp de Bauru. O programa procura interpretar e aprofundar pautas geralmente ignoradas pela grande mídia; por ser parte de uma web rádio, a liberdade para tal é maior, possibilitando o debate de ideias.

Ao abordar os fatos políticos bauruenses, o programa contribui para o debate e a consequente conscientização do cidadão, contribuindo para uma cidade com uma população mais politizada e consciente de seus direitos e deveres:

O jornalismo está envolvido na dinâmica social, pois ele é uma esfera pública essencialmente interligada às outras esferas da sociedade. A representação jornalística da realidade, mesmo seguindo certos padrões de construção dos acontecimentos, reflete a maneira como os diversos segmentos sociais estão organizados e se relacionam. A rigor, os jornalistas utilizam-se dos conhecimentos existentes na sociedade para interpretar os fenômenos e elaborar suas matérias. (FERNANDES, Adélia B., 2002, p. 10)

Desse modo, a equipe de produção do Falando em Política procura abordar questões que interessam a população, aprofundando os temas até seu esgotamento, esmiuçando ao máximo os tópicos nas matérias que vão ao ar. Todos esses fatores ajudam o ouvinte interessado a entender o, muitas vezes, complexo processo político que rege nossas vidas.

Para CANCLINI (1999), a descrença geral nas instituições da democracia, levaram o indivíduo a procurar outros meios de se informar, de procurar saber da realidade, além das “forças invisíveis” que podem controlar os processos políticos:

“Foram estabelecidas outras maneiras de se informar, de entender as comunidades a que se pertence, de conceber e exercer os direitos. Desiludidos com as burocracias estatais, partidárias e sindicais, o público recorre à rádio e à televisão para conseguir o que as instituições



cidadãos não proporcionam: serviços, justiça, reparações ou simples atenção”. (GARCIA-CANCLINI, 1999, p. 50).

Buscando suprir essa necessidade de saber o que acontece à sua volta, a equipe de produção do Falando em Política orienta seus repórteres a buscarem pautas que alimentem esse sentimento e acabem com as dúvidas da população. Traquina (2001) acredita que:

“(...) esse "novo Jornalismo" como uma transformação nas prioridades dos jornalistas ao elaborarem uma reportagem. O foco da notícia seria então o interesse do cidadão comum, dos grupos que lutam por Direitos Humanos e não apenas os interesses dos políticos e dos grupos detentores do poder econômico”. (TRAQUINA, 2001)

Esse conceito é observado cada vez mais na mídia tradicional, mas é essencial que as web rádios que se contrapõem aos grandes veículos o sigam, pois o que o ouvinte do programa de uma web rádio procura não é o assunto abordado na edição de ontem do Jornal Nacional (TV Globo) e sim, algo diferente e mais aprofundado, algo que as grandes mídias muitas vezes são impedidas de transmitir por causa de seus contratos publicitários ou interesses políticos de seus donos.

“Mesmo as coberturas tradicionais, como cobertura de eleições, voltariam sua atenção não para o que candidato que dizer, mas para o que o cidadão quer discutir. Alguns jornais têm criado inclusive grupos focais de sondagem e opinião para descobrir as principais preocupações dos cidadãos”. (FERNANDES, Adélia B., 2002, p. 9)

Desse modo, o Falando em Política busca, em seus 20 minutos semanais de veiculação, aprofundar os temas que a população tem dúvidas. Para saber o que seriam esses assuntos, a equipe do programa faz pesquisas entre a população e fica atenta ao que acontece na sessão ordinária da Câmara Municipal, onde sempre há cidadãos buscando fiscalizar o poder público.

Além disso, o programa aborda outros temas que a produção acha interessante, tendo sempre o objetivo de suscitar o debate e a conscientização dos ouvintes, agregando conhecimento e contribuindo para o surgimento de uma população ciente de seus direitos e do que acontece a sua volta.

Para esse sistema funcionar, é necessário uma equipe de reportagem comprometida com a isenção e análise dos fatos, uma equipe de coordenação disposta a ajudar com a estruturação do programa e um público ativo, que dê sugestões e opine sempre que



possível sobre a produção do programa. O Falando em política conta com todos esses fatores para sua criação e por isso, segue firme no caminho que se propôs a seguir: tornar o bauruense mais consciente e mais cidadão.

Considerações finais

A cidadania, como tema do jornalismo, é matéria antiga. Por meio de reportagens, colunas, grandes reportagens, notas e tantos outros artifícios, os jornalistas utilizaram-se de diversas plataformas, em constate mudança devido às evoluções tecnológicas do ser humano: antes, em letras impressas; hoje, em todas as formas possíveis, transcendendo a real materialidade das produções, com aporte substancial do ciberespaço, para cumprir um objetivo: tornar o cidadão mais consciente de seus direitos e deveres na sociedade em que vive. Não é tarefa fácil, mas as web rádios não desistem e em sua maioria, obtém sucesso expressivo. O caso do Falando em Política não é exceção; o programa consegue, a cada semana, promover um debate saudável para ajudar o cidadão a se situar no meio dos problemas de sua cidade, contribuindo para o surgimento de sugestões e soluções para tais. Além disso, ajudando o ouvinte a entender como funcionam os processos políticos que regem a vida em nossa democracia, o FP contribui para a formação de um novo tipo de cidadão: consciente, questionador e acima de tudo, preocupado e preparada para enfrentar os problemas do dia-a-dia da sociedade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOBBIO, Norberto *et al.* Dicionário de política. Tradução de Carmem Varriale *et al.* 5. ed. Brasília: UnB, 2004.

BOBBIO, Norberto. O futuro da democracia. Tradução de Marco Aurélio Nogueira. 7. ed. rev. ampl. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

MICHELS, Vera Maria Nunes. Direito Eleitoral: de acordo com a Constituição Federal, LC 64/90, Leis 9.096/95, 9.504/97, 11.300/2006, EC 52/06 e Resoluções do TSE. 5. ed. rev. atual. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2006.

BOTELHO, Alexandre. Curso de Ciência Política. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2005.



CORREIA, João Carlos. Comunicação e Cidadania: os media e a fragmentação do espaço público nas sociedades pluralistas. Lisboa: Livros Horizonte, 2004.

PERUZZO, C. M. K. Internet e Democracia Comunicacional: entre os entraves, utopias e o direito à comunicação. In MARQUES DE MELO, J.; SATHLER, L. Direitos à Comunicação na Sociedade da Informação. São Bernardo do Campo, SP: Umesp, 2005.

PIERRE, Lévy. "Pela Ciberdemocracia". in: MORAES, Dênis de (Org.). Por uma Outra Comunicação, Rio de Janeiro, Record, 2003.

GENTILLI, V. "Democracia de massas: jornalismo e cidadania: estudo sobre as sociedade contemporâneas e o direito dos cidadãos à informação", Porto Alegre: EDIPUCRS, 2005.

MAIA, João. Deslocamentos e circulações nas cidades: a historia dos deslocamentos modernos e da mobilidade e circulação aberta na contemporaneidade. In: XXVI CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 2003, Belo Horizonte - MG. Anais eletrônicos. Belo Horizonte: INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 2003.

MORIGI, V. e ROSA, R.. "Cidadania Midiatizada, Cidadão Planetário". Revista Comunicação e Espaço Público, Ano VII, nº 1 e 2, 2004. Disponível em www.unb.br/fac/posgraduacao

FLORIANI, Adriano e MORIGI, V. "Circuitos comunicativos e construção da cidadania no ciberespaço: tramas do sentido em redes de weblogs". Revista FAMECOS, Porto Alegre, nº 30, 2006. Disponível em: http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/viewFile/3381/26_46

WERTHEIM, Margareth. Uma história do espaço de Dante à Internet. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999

FERNANDES, Adélia Barroso. "Jornalismo, cidadania e direitos humanos: uma relação reflexiva no espaço público", UNI-BH, 2002.

RADDATZ, Vera L. "Rádio: um veículo para a cidadania". UNIREvista, vol. 1, nº 3, 2006. Disponível em: http://www.unirevista.unisinos.br/pdf/UNIrev_Raddatz.PDF